

MARXISMO E ANÁLISE REGIONAL: PERSEGUINDO O CAPITAL

Marlon Clovis Medeiros¹

I – A Geografia e a análise histórico-concreta

Temos com o presente texto o objetivo de trazer para o debate algumas considerações preliminares sobre elementos fundamentais para a análise geográfica presentes em Marx, que parecem esquecidos a muitos geógrafos ditos marxistas e seus críticos, que proclamam (sem sucesso), a morte do marxismo. Os atuais debates sobre a recuperação da visão interdisciplinar e “holística,” (re)abrem amplas possibilidades para a Geografia e o materialismo histórico-dialético contribuírem no desvendar os movimentos do capital.

A literatura geográfica marxista frequentemente utiliza-se apenas das categorias de Divisão Social (e Territorial) do Trabalho e Desenvolvimento Desigual e Combinado para explicar as diferenças entre as regiões. Porém não procuram a lógica do movimento de acumulação nas diversas regiões e como este desagrega, transforma (ou não) e subordina as formas de produção. Não identificam também as diferenças entre os diversos capitais, que possuem características próprias de acumulação e metamorfoseiam-se nos mais variados agentes (capital industrial, capital financeiro, capital comercial, capital agroindustrial, conglomerados, holdings etc.) e seus interlocutores (o Estado, trabalhadores, sindicatos, produtores agrícolas, movimentos sociais entre outros). Pois não existe um único *capital*, este é um conceito abstrato, só iremos compreendê-lo quando analisarmos as diferentes formas como ele materializa-se em seus processos de acumulação. Para a partir daí, selecionar as categorias a serem utilizadas, frequentemente os conceitos precedem os processos resultando em discussões estéreis². O que pretendemos aqui, não é criar um “modelo” geral de análise que sirva a todas as regiões, mas apenas demonstrar a necessidade de extrair da região estudada (e de sua relação com as outras regiões do país e do mundo) os

¹ Graduado em Geografia pela UDESC- Florianópolis e Mestrando em Geografia pela UNESP- Presidente Prudente.

² Isto quando não desandam em análises maniqueístas, sobre o “malvado” capital destruindo a “autonomia” dos lugares. Pensamos que não adianta xingar o capitalismo de todos os nomes feios que ele não vai embora, devemos sim conhecer profundamente as contradições que compõe a realidade como condição básica para que possamos intervir seriamente.

conceitos e categorias e não encaixá-la nestes³. Assim, propomos uma Geografia Regional que privilegie a análise histórico-concreta, partindo da esfera da produção (Espíndola e Silva, 1997), para uma compreensão mais efetiva de realidades sob a influência do capitalismo.

Para isto exemplificaremos a discussão com os processos ocorridos em uma região por nós estudada: O Sul de Santa Catarina⁴.

II – Fundamentos marxistas para a análise da região

Para procedermos a análise de uma determinada região, é necessário desvendarmos as relações que envolvem os elementos que a compõe (sociais, políticos, econômicos, culturais, históricos etc.), para então escolhermos quais destes são mais relevantes e influenciam os processos que analisaremos. Partindo da visão processual, de formação sócio-espacial (Santos, 1982), poderemos apreender a história concreta em suas múltiplas determinações (Marx, 1983) e os movimentos de unidade da continuidade e descontinuidade histórica. Estes movimentos nos permitirão compreender a dinâmica de uma região, como esta desenvolveu (ou não) as bases para a acumulação de capital.

Neste sentido cabe um resgate de três categorias frequentemente negligenciadas na análise - *Composição Orgânica do Capital, Agregação de Valor e Divisão Técnica do Trabalho*.

Estes são elementos fundamentais na compreensão da espacialização do capital, pois as condições para sua reprodução ampliada é que imporão a dinâmica regional. Quanto maior a massa de capital produzida e reproduzida em uma região, mais esta influenciará outras regiões (drenagem de renda). Quanto menor o capital produzido em uma região, mais esta participará de forma subordinada na consequente divisão social-territorial do trabalho. Por este motivo, a observância dos três processos citados acima é fundamental. O aumento da composição do capital⁵ (seja do setor comercial, de serviços, industrial ou agrícola), é fundamental no processo de acumulação, através

³ Neste sentido são bem vindas outras categorias (não marxistas) mas que articulam-se com estas, como a distância do mercado consumidor (von Thünen) associada a renda diferencial da terra; O empresário inovador (Schumpeter) associado a constante inovação técnico-científica no processo de acumulação.

⁴ Estas reflexões vem sendo trabalhadas na pesquisa de mestrado intitulada "Os Complexos Agroindustriais no Sul de Santa Catarina" no âmbito do Programa de pós-graduação em Geografia da UNESP- Presidente Prudente.

⁵ A composição orgânica do capital pode ser entendida como a proporção entre trabalho humano (capital variável), meios de produção (capital constante) e matérias-primas (capital

desta compreenderemos a produtividade do trabalho, a extração de mais-valia, as necessidades de mão-de-obra, o mercado de trabalho e a lucratividade do capital em uma determinada região, além dos fluxos (de tecnologia, produção, capital e população) desta com outras regiões. Como afirma (Marx, 1988, p.730) "a acumulação de capital, vista de início como uma ampliação puramente quantitativa, realiza-se conforme vimos, com contínua mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante às custas da parte variável". Para Mandel (1985), os aumentos contínuos na composição orgânica do capital e o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologia irão gerar diferenças no nível de lucro e na concorrência entre capitais, fazendo com que aqueles que não consigam acompanhar o processo cedam uma parte de sua mais-valia aos que lideram. "O que é esse processo, senão a produção permanente de *firmas, ramos industriais, áreas e regiões* subdesenvolvidas?" (p.58, grifo nosso) Para o autor só ocorrerá a produção de grandes lucros sem aumento da composição orgânica do capital, em casos de renda absoluta do solo a partir de "um monopólio da propriedade da terra". Nos demais casos, o aumento da composição do capital acima da média social possibilitará um aumento da produtividade e diminuição do tempo de rotação do capital.

Áreas com baixa composição do capital, demandam maiores quantidades de mão-de-obra, conseqüentemente possuirão uma menor produtividade do trabalho, encontrando condições mais desfavoráveis de inserção na divisão do trabalho.

A agregação de valor aos produtos é outro elemento central na nossa análise, pois conseguiremos apreender se uma região desenvolve-se como produtora de matérias-primas (que serão beneficiadas em outras regiões), ou como produtora de produtos finais ao consumo. As regiões produtoras de matérias primas (por ex. áreas totalmente agrícolas), não desenvolvem estruturas complexas de serviços tendo conseqüentemente suas rendas drenadas pelas regiões beneficiadoras, pois estas, ao agregar valor a produção reterão a mais valia tanto do processo de produção da matéria prima quanto de seu processamento. As regiões produtoras de produtos finais necessitarão de estruturas de comercialização e de serviços que aprofundando as ligações entre os diversos setores produtivos completarão o ciclo de reprodução do capital. Estes processos frequentemente combinam-se em uma região que possuirá determinados ramos dinâmicos e outros

constante circulante) necessárias ao processo produtivo. Ou seja, a relação entre a massa de meios de produção empregados e a força de trabalho necessária para empregá-los. Esta composição determinará o valor da força de trabalho e dos meios de produção.

subordinados. Pode-se agregar valor a um produto com baixa composição do capital, mas as escalas de produção serão reduzidas (por. ex. fábricas artesanais de embutidos de suíno).

Em fins do século XIX e início do séc. XX, o Sul de Santa Catarina era considerado importante região agrícola, pois seus produtos estavam na ponta de agregação de valor para os padrões técnicos do período (banha, farinha, cachaça, açúcar, carne salgada, arroz, entre outros). Porém no decorrer do séc. XX, outras regiões que encontravam-se em condições desvantajosas modernizam sua produção agrícola, surgem frigoríficos de suínos e aves⁶ no Oeste Catarinense na década de 40 (Sadia, Perdigão) e no Nordeste do Rio Grande do Sul na década de 50 (Avipal, Frangosul). O Sul porém, como continuava no mercado, favorecendo a acumulação de comerciantes permanece com o mesmo padrão agrícola. Isto fez com que este setor perdesse importância, estimulando capitais acumulados na produção agrícola a investirem em outros setores, com o carbonífero, o cerâmico e o comércio. Somente nos anos 60, quando uma crise profunda ocasionada pelo fim do mercado da banha (o principal derivado de suíno produzido), que coincidiu com o período de modernização da agricultura brasileira⁷, é que começará a alteração na base técnica da produção agrícola desta região. Para Graziano da Silva (1996), a partir deste momento a dinâmica da agricultura estará condicionada ao padrão de acumulação industrial e à ação do Estado. É um processo irreversível de reorganização do processo de trabalho, divisão técnica e especialização, criando um proletariado rural desqualificado e aumento das escalas de produção. Forma-se um setor de assalariados em substituição a mão de obra familiar. Assim,

⁶ Convém ressaltar que estas empresas produziram inicialmente suínos e derivados (salame, mortadela, salsicha), só começando a trabalhar com aves na década de 50.

⁷ A partir do final dos anos 60 e início dos anos 70 a agricultura brasileira passou por intenso processo de modernização, com a introdução de novas técnicas de produção (fertilizantes, sementes e animais melhorados geneticamente, mecanização do plantio, colheita etc.) e com a expansão das indústrias processadoras de alimentos, estimuladas pela crescente urbanização, pela exportação e por incentivos governamentais. Este processo será caracterizado pela integração entre agricultura e indústria, neste, a agricultura, como setor fundamental das forças produtivas, mas com limitada capacidade de acumulação integra-se mais diretamente à divisão social do trabalho, com a mudança de sua base técnica, não só para assegurar a obtenção dos meios de produção mais eficientes, mas para garantir o escoamento de seus produtos. Este setores adquirem importância, tornam-se grandes consumidores de mão de obra, de matérias primas agrícolas, de maquinários e transformadores do espaço, principalmente os de soja e carnes.

cria-se um novo padrão agrícola, de aumento da produção pelo aumento da produtividade e integração vertical.

Sendo assim, as agroindústrias que surgiram no Sul de Santa Catarina a partir dos anos 70, penetraram em um mercado já ocupado por grandes empresas, tendo que desenvolver estratégias de inserção que os tirasse do atraso sem “bater de frente” com as grandes.

A solução em alguns casos foi a combinação numa mesma empresa (ou ramo industrial) de uma baixa composição orgânica do capital com alta composição, para determinados produtos que necessitam de processos manuais em mercados alternativos. A Agroliane (agroindústria processadora de suínos e aves do Sul de Santa Catarina, atualmente Seara-Forquilha), após uma década de dificuldades, adentra o mercado japonês de frango desenvolvendo cortes especiais de frango que só podem ser realizados manualmente, utilizando portanto grande quantidade de mão-de-obra. Na parte de suínos, além dos cortes especiais (voltados ao mercado interno), o abate também é manual. Porém os demais setores da empresa apresentam alta composição do capital incluindo granjas próprias de aves e suínos (avozeiras, de engorda e melhoramento genético), associadas a um sistema de integração mais concentrado que as empresas tradicionais (Sadia, Perdigão), as demais fases da produção de frangos (abate, depenagem, evisceração, congelamento) encontram-se automatizados.

O avanço do processo de divisão técnica do trabalho, por sua vez permitirá compreendermos a maior ou menor complexidade dos processos de produção, circulação e consumo, o processo que antes era função de um, ou poucos trabalhadores em uma unidade, transforma-se em processo realizado por milhares de trabalhadores envolvidos em diferentes unidades produtivas de diferentes ramos da produção (aí incluídos os setores cada vez mais fundamentais à produção, que não são propriamente produtivos, como comércio e serviços). Todos estes processos por sua vez estarão ligados as estruturas de poder, como podemos observar nos diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo, em que o domínio esteve sempre nas mãos dos países (e internamente nas regiões) mais dinâmicas do ponto de vista da acumulação de capital, do desenvolvimento técnico-científico e do grau e escala de elaboração dos produtos.

Por isto as regiões totalmente agrícolas são pouco dinâmicas, a agregação de valor escapa ao campo específico da atividade. A agricultura tradicional desenvolve uma divisão técnica do trabalho que limita-se a propriedade agrícola, da produção de insumos ao produto final. A dinamização do campo envolve as agroindústrias processadoras e indústrias

de insumos para a agricultura (em alguns casos são a mesma empresa) e crédito financeiro. Delgado (1985), coloca que a agricultura possui sérias dificuldades em produzir capital de giro devido ao longo tempo de rotação do capital oriundo de ociosidade no processo de produção desde o preparo do solo, até a colheita e venda da produção. Por isto, pensar as indústrias como inimigos da agricultura é desconhecer os processos específicos e relegar a atividade a estagnação. A agroindústria é uma continuidade histórica do processo produtivo agrícola, o que deve ser combatido são *as formas de controle destas sobre o produtor e a produção*, e não a existência das empresas. Fato que encontrará uma explicação histórico-concreta, nas regiões onde estas empresas surgiram e consolidaram-se. Geralmente parte-se da idéia de que o capital “penetrou” no campo e “destruiu a autonomia” do produtor, argumento que suscita dois problemas. O primeiro decorre de que em muitos casos o capital agroindustrial surgiu no seio da própria produção agrícola, da acumulação de produtores e comerciantes oriundos desta; o segundo, que as agroindústrias não destruíram a autonomia do produtor, pois este já não a possuía, estavam atrelados a comerciantes que decidiam preços e mercados⁸.

Embora sementes híbridas, animais melhorados geneticamente, colheitadeiras arados etc. possam representar valor agregado para quem os produz, não o representam para o agricultor. Para este significará aumento da composição do capital e não valor agregado ao produto final. Embora o aumento de produtividade resultante do aumento da composição do capital represente um aumento da rentabilidade, pouco dinamizarão a região se esta não possuir estruturas de armazenagem, transporte e beneficiamento da produção. Neste caso a agroindústria que beneficiar a produção terá maior poder na determinação dos preços, pois é aí no âmbito da indústria (seja privada ou cooperativa) que a reprodução ampliada do capital realiza-se.

Por este motivo, o Sul de Santa Catarina embora possua uma grande e diversificada produção agrícola, não é reconhecido como uma região agrícola importante, por sua incapacidade de beneficiar toda a produção. Boa parte da produção de suínos segue para frigoríficos do Nordeste de Santa Catarina, Vale do Itajaí e São Paulo, outra parte é beneficiada nos frigoríficos e abatedouros locais. O mesmo acontece com a produção de arroz, em que parte é vendida a indústrias do Nordeste do estado, com a

⁸ Ver a este respeito ESPÍNDOLA (1999), que investiga a origem e desenvolvimento de grupos agroindustriais como Sadia e Perdigão a partir da pequena produção mercantil no Oeste de Santa Catarina e de como estes desenvolveram-se a partir de uma subordinação, já existente, do produtor.

produção de leite direcionada em grande parte à indústria de laticínios no Vale do Itajaí e fumo em que toda a produção é beneficiada em empresas localizadas no Rio Grande do Sul.

III. A Região e os movimentos gerais do capitalismo

Para entendermos a manifestação e transformação de determinados capitais, associamos o estudo da região com os movimentos gerais do capitalismo, como as crises cíclicas de acumulação, tratadas inicialmente por Marx e posteriormente por outros autores (Kondratieff, Schumpeter, Mandel, Rangel). Estas apresentam efeitos diferenciados no processo de acumulação, como demonstraram Rangel (1982 e 1986) e Mamigonian (1988). Estes autores demonstram que nos períodos de crise mundial o Brasil não comporta-se passivamente, imprime medidas ativas de redirecionamento de capitais dos setores ociosos (com excesso de acumulação) para os setores estrangulados (com falta de capitais). Neste período o centro do sistema capitalista engendra “tecnologia novíssima” como forma de superar a crise, no Brasil por outro lado, “a tecnologia que deverá informar a vaga de investimentos pela qual, a seu tempo, deveremos reagir à flutuação econômica aludida, *já existe*, não dependendo de iminentes descobertas científicas e técnicas.” (Rangel, 1982, p. 24) Portanto a industrialização brasileira ganhava impulso nos períodos depressivos, através do processo de substituição de importações, que ocorreu na seguinte ordem: “indústria de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis, indústria mecânica e química pesada.” (Mamigonian, 1988, p. 86)

O Sul de Santa Catarina, participou de diferentes formas no ciclos depressivos (bem como as demais regiões do país). No período 1873-96, são trazidos imigrantes italianos para a região⁹, que produzirão alimentos para o mercado interno, concomitantemente inicia-se a exploração do carvão, visando superar a dependência do carvão inglês para abastecimento de ferrovias e barcos a vapor (de armadores do Rio de Janeiro como Henrique Lage, que obtiveram concessão para a abertura de minas).

⁹ Segundo Waibel (1956), os imigrantes encaminhados ao sul possuíam o duplo papel de desbravadores das áreas de mata (não povoada pelos açorianos que concentraram-se no litoral) e colono-soldado, visando combater os bugres, que atacavam as tropas de gado que iam do Rio Grande do Sul a Sorocaba. Desta forma, as colônias foram localizadas nas áreas onde o caminho das tropas adentrava e saía da mata.

No período 1920-48 a substituição de importações começa a ganhar caráter industrial, cria-se a Companhia Siderúrgica Nacional e a Política Nacional do Carvão, que impulsionam a produção no Sul Catarinense e a proliferação de diversas mineradoras (Carbonífera Araranguá, Carbonífera Urussanga, Carbonífera Próspera). O aumento da demanda alimentar nos centros que desenvolviam-se (Rio de Janeiro e São Paulo) favorecem o aumento da produção agrícola no Sul de Santa Catarina, com destaque para a banha e a carne salgada suína.

No período *ascendente*, décadas de 1950-60, surge nesta região a indústria cerâmica (a partir da descoberta de jazidas de caulim), que levou comerciantes (alguns inclusive que acumularam a partir da produção agrícola) a investirem neste setor (Eliane, Cecrisa) favorecida pelo mercado consumidor nacional que formava-se com a urbanização. No mesmo período a suinocultura entra em declínio, pelos motivos a que já nos referimos anteriormente.

No período depressivo iniciado em 1973, em virtude da crise energética, o carvão encontra novo espaço de valorização, impulsionando a acumulação e a urbanização na região. Surge a indústria de plásticos descartáveis de uso doméstico (Canguru, Incoplast, Copobras), pequenos comerciantes tornam-se grandes capitalistas comerciais (redes de supermercados como Giassi e Angeloni), voltados ao abastecimento regional. Capitais que acumularam em excesso no período anterior (como o Grupo Gaidzinski, da Cerâmica Eliane), diversificam seus investimentos no ramo alimentar (além do setor de transporte e metal-mecânico), que favorecia-se do aumento do consumo e dos incentivos a agroindustrialização no II PND (governo Geisel). Surgem frigoríficos (Frisulca, Avícola Eliane, ambos pertencentes ao grupo Gaidzinski, virão posteriormente a chamar-se de Agroeliane), indústrias de arroz (Fumacense, Campeiro) e expandem-se as cooperativas agrícolas criadas na década de 60 (Copagro, Copersulca).

Estes setores continuarão em crescimento pelas décadas de 70 e 80, quando a abertura no governo Collor a partir de 1990, lança a indústria cerâmica e a carbonífera em crise, enquanto as agroindústrias, a produção agrícola e a indústria de plásticos, fortalecidas por investimentos anteriores em tecnologias, agregação de valor e mercados alternativos, continuaram em expansão. A exemplo do que vinha ocorrendo nacionalmente, ocorre um aprofundamento da integração técnica agricultura-indústria. Como alternativa a pequenos capitais, expande-se na região a indústria de confecções, em grande parte como facionistas de empresas de São Paulo.

IV. Concluindo

Objetivamos demonstrar que a análise das transformações impostas pelo capitalismo devem ser compreendidas na história concreta das diversas regiões (formações sócio-espaciais) e em suas relações com os movimentos gerais do capitalismo, buscando apreender a *essência* dos processos de acumulação do capital e não apenas em “classificações” estáticas. O estudo combinado da composição orgânica do capital, da agregação de valor e da divisão técnica do trabalho permitirá compreender a dinâmica capitalista em uma região e de que forma esta insere-se na divisão social-territorial do trabalho, ou seja, esta é (trans)formada nos movimentos de valorização dos capitais.

O próprio Marx inicia sua análise do capitalismo pela mercadoria para demonstrar que esta é um objeto externo, apropriado pelo capitalismo em seu processo de acumulação, é apenas uma *aparência*, um fetiche, que esconde sua verdadeira natureza de veículo do valor.

Há uma relação dialética entre região e acumulação do capital: a região transforma-se sob a ação do capital; mas este só cumprirá seu papel se encontrar na região as condições prévias para o processo de acumulação.

Bibliografia

- DELGADO, Guilherme da C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Unicamp/Cone, 1985.
- ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro: Horizonte, 1945.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. *As Agroindústrias do Brasil: O caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.
- ESPÍNDOLA, Carlos José, SILVA Marcos A. da. *Formação Sócio Espacial: Um Referencial aos Estudos sobre Industrialização (notas)*. *Experimental*, nº 3. São Paulo: FFLCH/USP, setembro de 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- MAMIGONIAN, Armen. *A Industrialização da América Latina: O caso Brasileiro*. In: MARQUES, L. A. et alii. *Fundamentos para o Ensino de Geografia*. São Paulo: Governo do Estado, 1988.
- MAMIGONIAN, Armen. *Tendências Atuais da Geografia*. *Geosul*, v. 14, nº 28. Florianópolis: UFSC, 1999.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARX, Karl. *Contribuição a Crítica da Economia Política*. 1983.
_____. *O Capital*, livro 1, vol. I e II. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- RANGEL, Ignácio. *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
_____. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. *Espaço e Sociedade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
_____. *Por uma Geografia Nova*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- WAIBEL, Leo. Princípios de Colonização Européia do Sul do Brasil. In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: CNG, 1956.